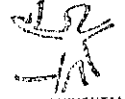


| | |
|--|--------------------|
| INSTITUTO | |
|  | |
| SOCIOAMBIENTAL | |
| Fonte | DOU 51 (53) |
| Data | 18/03/2003 Pg 36-9 |
| Class. | TCDD 155 |

1. Aprovar as conclusões objeto do citado resumo para afinal, reconhecer os estudos de identificação da Terra Indígena MARAITÁ de ocupação do respectivo grupo tribal Ticuna, com superfície e perímetro aprovados de 54.000 hectares e 148 km respectivamente, localizada no município de Amaturá, Estado do Amazonas.

2. Determinar a publicação no Diário Oficial da União e Diário Oficial do Estado do Amazonas, do Resumo do Relatório Circunstanciado, Memorial Descritivo, Mapa e Despacho, na conformidade do § 7º do art. 2º do Decreto nº 1.775/96.

3. Determinar que a publicação referida no item acima, seja afixada na sede da Prefeitura Municipal da situação do imóvel.

EDUARDO AGUIAR DE ALMEIDA

ANEXO

RESUMO DO RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO DA TERRA INDÍGENA MARAITÁ

Referência: Processo FUNAI/BSB nº 2.056/99 - Identificação e Delimitação. Terra Indígena: Maraitá. Superfície: 54.000 ha. Perímetro: 148 Km. Localização: Municípios de Amaturá, Estado do Amazonas. Sociedades Indígenas: Ticuna. Família Lingüística: Tukuna. População: 141 habitantes (1998). Identificação e Delimitação: Grupo Técnico instituído pelas Portarias nº 579/PRES, de 09/11/1998 e nº 1.102/PRES, de 29/11/1999, coordenado pelo antropólogo Noraldino Vieira Cruvinel e pelo sociólogo e especialista no grupo Ticuna, Fabio Vaz Ribeiro de Almeida

1 - DADOS GERAIS - Os Ticuna constituem-se no grupo étnico de maior expressão populacional do território nacional. As estimativas mais conservadoras indicam uma população de aproximadamente 26 mil habitantes, isso sem considerar os que vivem em território colombiano e no Peru. Sua língua é classificada pelos especialistas como uma língua isolada, não encontrando filiações com outras línguas conhecidas. Essa população está espalhada por uma vasta área da Amazônia brasileira, que inclui desde o alto Solimões até o município de Beruri (próximo a Manaus), passando pelo médio curso deste mesmo rio. Em uma publicação que resultou de viagens a campo em 1941 e 1942, Curt Nimuendajú, autor do primeiro estudo sistemático sobre esta etnia, identificou como seu território tradicional as áreas de terra firme na margem esquerda do Solimões, entre as longitudes de 71° 15' (Ilha Peruaté) e 68° 40' W. (Nimuendajú, Curt. The Tukuna. Berkeley and Los Angeles, University of California Press, 1952: 209). Foi do centro desta área, ou seja, do igarapé conhecido como Evare que, segundo o mito Ticuna de criação do mundo, partiram em direção ao oeste e ao leste, configurando a atual dispersão geográfica.

A Terra Indígena (TI) Maraitá tem suas duas aldeias, Maraitá e Palmeira ou Palmeira do Norte, situadas na ressaca do paraná do Maraitá, à margem esquerda deste paraná. O acesso às aldeias tem como referência o paraná do Pixe, do Maraitá, a ressaca deste paraná, e as ilhas do Pixe e do Maraitá. Localizada à montante da cidade de Amaturá, a área dista dessa cidade em pouco menos de uma hora em motor de rabetá.

O processo de regularização das terras indígenas Ticuna iniciou-se em 1978 e basicamente terminou em 1993. Algumas áreas, no entanto, ficaram ainda pendentes. É o caso da TI Maraitá, para a qual somente em 1993 foi instituído um grupo técnico (GT) para os trabalhos de sua identificação e delimitação. No entanto, os técnicos nomeados pela Portaria nº 1.133/PRES, de 11/11/93, não apresentaram o relatório de identificação e delimitação da mesma. Posteriormente, foi instituído pela Portaria nº 579/PRES/98, publicada no DOU de 12/06/98, novo GT para a identificação e delimitação dessa terra, assim como de outras três também Ticuna: Matintim, Nova Esperança do Jandiatuba e São Francisco do Canimari. Alterado pelas Portarias nº 639/PRES, de 19/06/99, publicada no DOU de 22/06/98 e nº 1.102/PRES, de 29/11/1999, publicada no DOU de 08 de dezembro de 1999, o GT contou com a participação de técnicos da FUNAI, do IFAM e da Universidade do Amazonas. A participação do grupo indígena interessado se deu através de reuniões realizadas nas duas comunidades e através de lideranças Ticuna dessas e de outras aldeias que acompanharam e colaboraram com todos os levantamentos em campo.

1.1 - Histórico - Segundo o etnólogo alemão, Curt Nimuendajú, os Ticuna são citados na história da região amazônica pela primeira vez como inimigos dos Omágua, que eram moradores da margem esquerda do Solimões. Esses Ticuna viviam em terra firme, dentro dos igarapés afluentes da margem esquerda. Em 1645, instalase na região missões franciscanas espanholas, lideradas pelo Frei Laureano De La Cruz, provenientes de Quito, que iniciam a catequização dos Omágua. Com o fracasso dessas missões chegam, mais tarde, os missionários franciscanos liderados pelo Frei Samuel Fritz, que também buscam a catequese dos índios.

Caçadores de escravos, epidemias de varíola e outras doenças, as escaramuças com os Omágua, assim como a guerra entre os portugueses e os espanhóis pelo controle do território, fizeram com que os Omágua, moradores das margens e ilhas do Alto Solimões, fossem praticamente dizimados. Estando a terra praticamente desabitada os Ticuna, catequizados entre 1683 e 1725, embora moradores da terra firme, se instalam aos poucos nas margens do grande rio antes habitadas pelos Omágua e são, gradativamente, submetidos à catequese e à escravidão. A publicação do Diretório dos Índios, em 1757, que buscava regularizar a situação dos índios no Brasil, não logrou mudar essa situação. O Diretor dos Índios, estabelecido por essa lei, raramente protegeu os Ticuna e seus direitos. Ao contrário, foi, em grande parte, seu algoz. Vendia sua força de trabalho e permitia que fossem explorados sem limites pelos patrões que deles se serviam. Os direitos dos índios às terras que habitavam eram deixados de lado.


FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 14 de março de 2003

Assunto: Processo FUNAI/BSB/2056/99. Referência: Terra Indígena MARAITÁ. Interessado: Grupo Indígena: Ticuna. EMEN-TA: Aprova o relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena com fulcro no Decreto nº 1.775, de 8 de janeiro de 1996.

Nº 23 - O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI, tendo em vista o que consta no Processo FUNAI/BSB/2056/99, e considerando o Resumo do Relatório de Identificação, de autoria dos antropólogos NORALDINO VIEIRA CRUVINEL e FÁBIO VAZ RIBEIRO DE ALMEIDA que acolhe, face as razões e justificativas apresentadas, decide:

| | |
|--|---------------------|
| INSTITUTO | |
|  | |
| Documentação | |
| SOCIOAMBIENTAL | |
| Fonte | DOU, 51 (53) |
| Data | 18/03/2003 Pg CONT. |
| Class. | TC D 1557 |

Fato relevante para os índios e para a região foi o estabelecimento, em 1776, do Forte Português na localidade de Tabatinga. Ele garantiu o domínio português na região e impôs, aos poucos, um mínimo de respeito aos índios e a seus direitos. No século XIX muitas são as localidades das margens do rio Solimões que são efetivamente ocupadas pelos Ticuna. Os dados do relatório mostram que em 1850 a área de localização da TI. Maraitá era efetivamente e inquestionavelmente já ocupada e explorada pelo grupo.

Nas duas últimas décadas do século XIX, com a exploração da borracha, a Amazônia se tornou palco de uma intensa exploração do trabalho do seringueiro. O alto Solimões, apesar de não contar com seringais tão produtivos quanto os do Acre, por exemplo, também não ficou de fora da corrida pela borracha. A empresa seringueira operava, entretanto, segundo um modelo diverso daquele vigente nas principais áreas extratoras. As principais especificidades do que João Pacheco de Oliveira Filho chamou de "modelo caboclo" estão na menor produção de borracha e na existência também de uma produção de subsistência. Tudo articulado através da instituição do sistema de barracão, que tornava compulsória a comercialização de todos os moradores de uma determinada área por intermédio do armazém do patrão. A legitimidade desta empresa era dada por títulos de propriedade conseguidos por poucas famílias, vindas em sua maioria do nordeste, títulos que incidiam sobre a terra dos Ticuna, passando esses a dever obediência aos recém-chegados. Os patrões instalaram-se na boca dos principais igarapés, controlando assim os moradores dali. Para reforçar este controle, o patrão ainda nomeava um tuxaua que exerceria a liderança entre os índios, cuidando dos seus interesses. Esta liderança, no entanto, nem sempre se baseava em relações tradicionais, mas na subserviência do tuxaua aos patrões seringueiros. Segundo João Pacheco (Oliveira Filho, João Pacheco, "O Nosso Governo": os Ticuna e o regime tutelar. São Paulo, Marco Zero, 1988: 77-8), a atividade produtiva dos Ticuna dividia-se, então, entre a extração da borracha e uma agricultura de subsistência, sendo qualquer excedente apropriado pelo patrão. Através de um esquema de servidão por dívidas, o índio não estava livre para sair daquele seringal caso não estivesse satisfeito com seu patrão. Sua dívida era, na verdade, impagável.

Em 1910, ainda segundo Nimuendajú, uma nova agência de contato se faz presente no alto Solimões. Nesta época, os capuchinhos vindos da província da Úmbria, na Itália, instalam a Prefeitura Apostólica do Alto Solimões e iniciam seus trabalhos de catequese e exploração dos índios da região. A presença do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) nesta situação de domínio dos seringueiros, era meramente formal, ou seja, quase que restrita a relatórios de um delegado desta repartição a partir de 1917. É somente em 1942 que este órgão da administração federal vai criar o primeiro posto indígena no alto Solimões, no local denominado Umariapu. Ainda assim, segundo Cardoso de Oliveira, empregados, comerciantes e outros especuladores de toda sorte passaram a ver o SPI como "(...) um constante impedimento ao 'desenvolvimento econômico regional'" (Oliveira, Roberto Cardoso de. O Índio e o Mundo dos Brancos. 1964: 111)

Uma nova situação histórica começa a se delinear em meados da década de 60, com a Amazônia e sua faixa de fronteira tendo se transformado em área de segurança nacional para o Exército Brasileiro. A antiga guarnição militar de Tabatinga cresce em tamanho e importância, transformando-se no Comando de Fronteira do Solimões (CFSOL), com mais autoridade para intervir localmente. Isso faz com que a relação entre patrões e índios seja profundamente alterada. Sem a possibilidade da coerção por castigos físicos, coibida pelo Exército, os patrões buscam outros modos de fazer valer seu controle sobre a população indígena. (Oliveira Filho, João Pacheco de. O nosso governo: os ticuna e o regime tutelar. São Paulo, Marco Zero, 1988: 211-213). Conforme relata Oliveira, "em 1971 uma intensa movimentação de cunho messiânico atingiu profundamente aos Tikuna e ao seu modo de vida". O centro deste movimento era o Irmão José, figura humilde que trajava uma túnica de frade, e tendo pregado pelo Peru (apesar de nascido em Minas Gerais) já se tinha tornado conhecido em toda a região. O Irmão José anunciava o fim do mundo como estando próximo, e que só se salvariam aqueles que se reunissem em torno da Cruz, arrependendo-se de seus pecados e seguindo seus mandamentos. A Ordem da Cruzada Apostólica Evangélica, ou Movimento da Santa Cruz, como ficou conhecido, atingiu indiscriminadamente aos Ticuna e aos brancos moradores da região. A disciplina imposta por esta religião, que acreditava haver uma grande decadência dos costumes e que os padres haviam perdido o verdadeiro significado da palavra de Cristo, permitiu aos patrões contornar a grave crise econômica e de autoridade pela qual passavam. Estes apoiaram a entrada do Irmão José na área, combatida pela Prelazia do Alto Solimões que pressionava autoridades militares neste sentido (Oliveira, João Pacheco. As Facções e a Ordem Política em uma Reserva Tikuna. Brasília, Unb, Dissertação de Mestrado, 1977: 70-74). Por toda a região, até o Rio Içá, espalharam-se igrejas desta seita, muitas vezes com o patrão como diretor. As crenças contidas neste movimento da Santa Cruz traziam consigo uma certa ideologia da integração do índio à sociedade nacional envolvente, principalmente através de um conjunto de proibições que enfatizava a importância do trabalho conjunto, do cumprimento de obrigações familiares, abolindo festas e bebidas alcoólicas (mesmo aquelas da tradição Ticuna), assim como a crença no pajé. O direito fundiário indígena tinha, então, pouca significação, já que o fim do mundo estava próximo. A integração dos eleitos era a tônica.

A partir do contato com outros atores sociais como o antropólogo João Pacheco, dentre outros, em face de uma nova importância atribuída à região amazônica nos planejamentos governamentais, permitindo inversões de recursos mais significativos embora pouco regulares, uma nova situação histórica se apresenta. A partir de finais da década de 70, os ticuna começam a se organizar, superando factionalismos e parte das próprias tradições, se mobilizam no sentido de reivindicar seus direitos à terra. No final de 1981 as principais lideranças Ticuna convocaram uma reunião para a aldeia de Campo Alegre, onde foi discutida a proposta de demarcação de suas terras, a qual foi encaminhada à FUNAI. Nesta reunião foi tirada também uma comissão para ir até Brasília apresentar ao Presidente a proposta ali debatida. Como resultado dessa pressão dos Ticuna, a FUNAI mandou, já no ano de 1982, um grupo de trabalho com o fim de identificar as áreas Ticuna nos municípios de Fonte Boa, Japurá, Marabá, Jutai, Juruá, Santo Antônio do Içá e São Paulo de Olivença. Também em 1982 os Ticuna criam o Conselho Geral da Tribo Ticuna (CGTT), com a figura do coordenador geral que, eleito em assembleias quadrienais entre todos os capitães de aldeia, tem poderes semelhantes aos de um ministro das relações exteriores. Foram ainda criadas pelos Ticuna outras organizações, além do CGTT, com o objetivo de lutar por certos direitos.

1.2 - Ocupação da TI. Maraitá - Historicamente essa área era habitada e explorada pelos Omágua, etnia que após o contato foi praticamente dizimada na região, como já exposto. O relato dos diversos informantes, apesar de pequenas divergências quanto às datas, apontam para uma ocupação da terra reivindicada pelos Ticuna, anterior à chegada dos primeiros chefes de família que ainda hoje são reconhecidos como "fundadores" da aldeia de Maraitá. Um desses informantes, o Ticuna Aristóteles João (77 anos), conta que quando chegou ali, há cerca de 60 anos, a localidade já era habitada por um Ticuna de nome Romão e um "civilizado", que pouco depois se mudou dali. O Romão, ainda segundo relato do mais velho morador vivo da aldeia, morreu ali não deixando parentes vivos. Outros informantes apontam o Ticuna conhecido pelo nome em português de Sales Gamboa, como outro morador anterior à chegada do Sr. Aristóteles João. Além destas duas famílias, logo veio para ali também a família do Levino Libânio, e alguns parentes ligados a ele, como o seu irmão, o atual capitão da aldeia, Deolindo. Levino chegou ali, segundo relata, à cerca de 35 anos, depois de ter casado com uma sobrinha do velho Aristóteles.

Por todos esses relatos, podemos estimar o tempo de presença destas famílias Ticuna no local onde hoje ergue-se a aldeia de Maraitá, entre 45 e 60 anos. Considerando que a presença destas três famílias é posterior presença Ticuna ali, podemos falar com tranquilidade em uma ocupação entre 60 e 65 anos.

A aldeia de Palmeira foi formada, segundo os informantes, a partir principalmente da fixação do capitão Tertuliano Cezário no lugar onde reivindicam hoje como o limite da terra mais a jusante no Solimões. Tendo nascido no lugar Cajari, mudou-se ainda bebê para "Alemanha", localidade do município de Amaturá, pouco abaixo de Maraitá no rio Solimões, onde viveu até casar-se. Nesta época, calculada em cerca de quarenta anos atrás, mudou-se para o limite. A partir daí formou-se a aldeia de Palmeira, que segundo relatam chegou a ter uma população muito superior a atual de 36 habitantes. O desbarrancamento do rio Solimões, justamente na faixa de terra onde estava instalada a aldeia com escola e tudo, fez com que muitos moradores se mudassem para outras aldeias como Canimaru e Nova Itália, ambas pertencentes a TI. Wui-Uata-In. Apesar de não morarem mais ali, esses Ticuna continuam a utilizar aquela área da TI. Maraitá, onde praticam algumas atividades econômicas como a pesca. Uma nova aldeia está sendo formada na foz do cano do Lago Manacari. Os Ticuna afirmam que esta localização é estratégica para impedir a invasão por não-índios dos lagos que têm acesso pelo referido cano.

II - HABITAÇÃO PERMANENTE - Desde a época da passagem de Nimuendajú pelo alto Solimões, no início da década de 1940, as moradias Ticuna são majoritariamente idênticas àquelas típicas da população regional, ou seja, retangulares, fechadas com paredes de madeira e suas janelas sob estacas de madeira mais nobre para evitar a alagação. A cobertura ainda é, em numerosos casos, de palha, principalmente a da cozinha. Contudo, a quantidade de telhados feitos de materiais comerciais aumentou bastante nas últimas décadas. Encontram-se, ainda nos dias de hoje, algumas habitações sem as paredes como as descritas pelo etnólogo alemão. Estas, além de abrigar uma família, podem servir para a realização das suas festas tradicionais. As casas de reunião, construídas em diversas aldeias, sempre com o objetivo de serem utilizadas por um grande número de pessoas simultaneamente, também apresentam essa característica.

A aldeia Maraitá tem sua fundação no final da década de 1930, segundo se deduz pela idade da sua mais velha moradora, Dona Celestina que é filha do velho Aristóteles João que é um dos Ticuna tido com um dos seus fundadores. Dona Celestina que ali nasceu e cresceu, contava em 1998, com 60 anos de idade. Em 1998, 105 pessoas habitavam essa aldeia, sendo que cerca de 80% deles nasceram no local. A segunda aldeia desta terra indígena chama-se Palmeira. Ela foi formada, como se viu acima, a partir principalmente da fixação do capitão Tertuliano Cezário no lugar onde reivindicam hoje como o limite da terra mais a jusante no Solimões.

INSTITUTO
Documentação
SOCIOAMBIENTAL
Fonte: DOU, 51 (53)
Data: 12/03/2003 Pg. CONT.
Class.: TC 111.111

A localização das duas aldeias obedeceu aos padrões culturais Ticuna, não havendo nenhuma evidência de mudanças de suas localizações atuais. Os sítios onde estão edificadas contam com espaço para seu crescimento por vários anos. A população jovem é predominante em ambas as aldeias, contando Maraitá com mais de 57% de seus habitantes com idade até 18 anos e Palmeira com 44,5%.

III - ATIVIDADES PRODUTIVAS - Localizados em uma região que lhes permitem explorar as áreas de várzeas e terra firme, os Ticuna produzem vários produtos, não apenas para si como também para a venda nos mercados regionais, especialmente na cidade de Amaturá. Cada família Ticuna possui sua roça, considerando-a sua propriedade e seu meio de transporte, no geral, uma canoa. Não há aqui propriedade da terra, nem mesmo a propriedade coletiva. Nas roças da família trabalham, em geral, o pai, sua esposa e os filhos mais velhos que ainda não forem casados.

Além da mão-de-obra familiar, os Ticuna contam com uma outra ajuda na agricultura, advinda de parentes e amigos. São os ajuris, estruturados sobre os grupos vicinais, que são realizados com frequência em todas as aldeias. Em um ajuri, o dono da roça é responsável pela comida e bebida dos seus convidados. Ele prepara o pajuarú, bebida fermentada feita de mandioca ou macaxeira, e providência peixe e farinha para todos os participantes. Ao terminar o serviço, os participantes vão à casa do dono do ajuri onde passam a noite cantando e dançando.

Os instrumentos agrícolas utilizados pelos Ticuna são basicamente o terçado, o machado, a enxada e o forno de torrar farinha. Cada pessoa economicamente ativa da casa possui, geralmente, seu terçado para trabalhar na roça. São comprados nos regatões ou nas cidades vizinhas, principalmente em Leticia, na Colômbia. Alguns machados e fornos de farinha foram ganhos da FUNAI, estando já bastante usados e velhos. Pequenos comércios, instalados na própria aldeia por moradores com mais recursos, e que vão mais vezes à cidade, também fornecem os instrumentos necessários à produção, principalmente o terçado.

A agricultura em Maraitá, é praticada no roçado, estando todos localizados em área de várzea e, por isto, difere dos roçados de terra firme, sendo menores e tendo uma delimitação temporal estabelecida pela enchente, nunca sendo superior a oito meses. Em geral, planta-se mandioca, da qual se fabrica a farinha, principal produto agrícola comercializado pelo grupo, melancia e milho, com algumas variações em que se inclui banana, macaxeira, cará. A característica básica das plantas a serem cultivadas é ser de ciclo curto. Além destes produtos da roça, podemos ainda citar algumas frutas como a pupunha, o mapati, o açaí, o abiu, o buriti e o cupuaçu e outras fruteiras, que não são, senão raramente, plantadas. Estas frutas estão comumente localizadas nas capoeiras, antigas roças deixadas em pousio, que apresentam uma riqueza excepcional e que têm um papel fundamental no sustento da família Ticuna. Outras atividades de plantio e extrativismo têm menor importância na economia Ticuna, como o cultivo de plantas medicinais e o extrativismo animal, excetuadas daí a pesca e a caça.

A riqueza da ictiofauna do local torna a pesca a principal atividade dos habitantes da área. O pescado não consumido é vendido em Amaturá e nos frigoríficos flutuantes localizados nas comunidades próximas. A pescaria é, entre os Ticuna, um trabalho dos homens. Todos os garotos começam a ir pescar, primeiro com o pai, mais tarde sozinhos. A pesca conjunta é muito rara, mesmo entre moradores da mesma casa. Alguns poucos informantes disseram praticá-la quando vão pescar mais longe. A quase totalidade dos entrevistados afirmou que dá peixe para os amigos e parentes, membros de seu grupo vicinal, quando chega da pescaria com mais do que necessita. É através deste mecanismo de reciprocidade que o Ticuna obtém o peixe no dia em que não vai pescar.

A grande maioria dos Ticuna costuma pescar de canoço e flecha, e os melhores locais para a pesca são geralmente os numerosos lagos que margeiam o rio Solimões. Além desses instrumentos de pesca, alguns Ticuna costumam utilizar ainda o arpão, a linha comprida, e em menor escala, o espinhéu, a poita, a malhadreira e a tarrafa. Não há um consenso entre eles sobre qual seria a melhor época do ano para a pesca. Há entretanto alguns peixes que não foram citados senão no verão, sendo provável que isso se deva à época do ano ser mais propícia.

A pesca aparece, portanto, como principal fornecedora de proteína animal para os Ticuna, e no caso desta área de Maraitá como o principal recurso natural manejado pelo grupo. Aqui, ao contrário de outras áreas, os índios não identificam uma diminuição do estoque de peixe, mesmo praticando a pesca comercial. Além do Paraná do Maraitá, o local mais explorado para a pesca diária, essa terra indígena conta com sete lagos que são utilizados com muita frequência pelos seus habitantes: Traviano, Anuirá, Martinho, Redondo, Arumá, Felipe e Unúrio. Há ainda o lago Manacari, o mais importante deles, utilizado apenas no inverno, quando o cano está cheio e dá passagem. Segundo Deusimar Brasil, ambientalista do GT, este lago tem grande importância em termos de manutenção do estoque pesqueiro dos demais, já que seus canos se comunicam, funcionando assim como um local de criação de espécies que em seguida migram.

Na área identificada constatou-se 136 espécies vegetais entre as utilizadas pelos Ticuna direta ou indiretamente, através da relação trófica com peixes e animais, evidenciando-se que em Maraitá faz-se um excelente manejo de lagos, associando aspectos de cheia e vazante e necessidades dos comunitários. Os moradores da área afirmam que precisam manter uma vigilância permanente para evitar invasões aos lagos por pescadores de Amaturá. Contam que o antigo capitão de Maraitá liberava a entrada desses pescadores em troca de algum rancho para si. Por conta disso, foi trocado pelo atual capitão Deolindo Libânio.

A caça, ainda uma atividade cotidiana, restringe-se a animais aquáticos e àquelles que vivem em árvores, sendo os animais caçados destinados ao consumo doméstico. A caça é praticada com o uso de arma de fogo, arco e flecha, arpão e as próprias mãos quando na captura de bichos de casco, sendo identificadas quarenta e duas espécies diferentes caçadas pelos Ticuna desta área. As caçadas são feitas principalmente no período do verão, constituindo as trilhas de caça em varadouros de deslocamento nas atividades de coleta.

Assim como as roças, também as capoeiras são de propriedade particular, pertencendo ao dono do antigo roçado da qual origina. Nas capoeiras, os Ticuna realizam um interessante manejo da vegetação perene que foi plantada junto com as espécies anuais do roçado, ou que foram preservadas ali quando da derrubada da mata. Ali, conforme afirma o ambientalista Deusimar Brasil, encontram-se principalmente frutíferas, mas também plantas medicinais condimentos, plantas usadas na confecção de artesanato etc. Este identificador noventa e quatro espécies vegetais diferentes nas capoeiras Ticuna das quatro áreas visitadas. Em Maraitá, no entanto, este número é muito inferior visto que a enchente mata periodicamente um bom número delas, só sobrevivendo aquelas resistentes à água. Por se tratar de uma área de várzea, não existe palha e boa parte das madeiras necessárias às construções não são achadas nessa área, sendo necessário recorrer à Terra Indígena Wui-Uata-In e São Francisco do Canimari.

Também o quintal tem grande importância na economia doméstica Ticuna. Ele difere da capoeira pela quantidade de vezes em que é limpo e por ser, em geral, formado e mantido pelas mulheres. Em termos de espécies um quintal não é caracterizado por uma grande diversidade.


IV - MEIO AMBIENTE - O meio ambiente ocupado pelos Ticuna possui dois ecossistemas gerais: várzea e terra firme, que são diferenciados em sua origem e propriedades naturais. Do ponto de vista espacial e regime de cheias dos rios da região a várzea representa áreas inundadas periodicamente pelos rios de água branca; a terra firme é um platô entre 60 e 100 m de altitude e suas encostas, recortado por uma densa rede de igarapés.

A principal característica da TI Maraitá é que toda a sua extensão é inundável, inclusive onde se localizam as casas. A vegetação é típica de várzea, determinando uma grande riqueza da ictiofauna. O local é um lar de reprodução e alimentação de peixes e fauna associada.

A TI Maraitá apresenta poucos sinais de uso antrópicos, destarte o contínuo manejo dos recursos naturais pelos Ticuna moradores das duas aldeias. Os recursos oriundos do extrativismo vegetal restringem-se à exploração da floresta de várzea, único tipo de cobertura vegetal existente nessa terra indígena. A mata de várzea é contínua ou interrompida apenas pelos lagos e paranás, não estando em geral associada com áreas de campo, como acontece no baixo amazonas. O extrativismo vegetal representa um importante manejo dos recursos naturais praticados pelos Ticuna. Dele obtém-se um amplo espectro de produtos, os quais destacam-se: frutas, remédios, látex, lenha, combustíveis, condimentos, tinturas, venenos, ornamentos. É também fonte de materiais para confecção de residências, embarcações, apetrechos de pesca, utensílios domésticos, artesanato, instrumentos usados em festas e rituais religiosos.

A capoeira é uma unidade de paisagem remanescente do roçado, ou seja, é um espaço de manejo da vegetação perene que foi implantada juntamente com as espécies anuais do roçado. As fruteiras representam sua composição florística básica, mas encontram-se também ali plantas de usos variados, a saber: medicinal, condimento, artesanato, construção de casa, tintura, veneno, lenha, atração de abelha e de animais diversos. Elas são de grande importância na subsistência do grupo. O quintal é uma unidade de paisagem adjacente à casa de moradia, constituindo-se num espaço de manejo de recursos de origem vegetal e animal. Ele é de grande importância na economia doméstica, pois é a unidade de paisagem de primeira abordagem no fornecimento de alimentos e remédios.

As áreas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais necessários ao bem estar da população Ticuna que vive na TI Maraitá estão descritas em detalhe no relatório ambiental do zootecnista Deusimar Freire Brasil. Elas são basicamente, como foi visto no item anterior, as seguintes: a) o lago Manacari, localizado no limite oeste da área. É um lago bastante grande cujo cano abastece outros lagos menores e mais perto das aldeias. Ele está incluído, segundo o relato de Manoel Bentes (presidente da Câmara Municipal de Amaturá), em uma área de preservação proposta na lei orgânica do município. Os Ticuna, no entanto, fazem questão da inclusão deste lago na proposta de limite da terra Maraitá, porque dizem não haver garantias da sua preservação se esta for da responsabilidade da municipalidade. Deste lago depende, em grande parte, a preservação dos recursos pesqueiros utilizados pelos habitantes de Maraitá; b) a mata detrás das aldeias, que vai até o baixo curso do paraná do Jacurapá, que utilizam nas caçadas e na coleta de produtos florestais. Esta área se apresenta como uma floresta de várzea, alagada durante quase todo o ano. Os produtos da terra firme são, em geral, conseguidos através da troca com outros Ticuna (principalmente da T.I. Wui-Uatá-In) por produtos da várzea; c) o Paraná do Maraitá, e a ilha do Pixe, localizada defronte à aldeia homônima, que são lugares de pesca e caça de

INSTITUTO

 SOCIOAMBIENTAL
 Documentação
 Fonte: DOU, 51 (53)
 Data: 18/03/2003 Pg CONT.
 Class: TCU (150.1)

pequenos animais e aves. Esta ilha aumenta na proporção quase que direta da diminuição da parte da terra firme da TI Maraitá.

V - REPRODUÇÃO FÍSICA E CULTURAL- Para Meillassoux (Meillassoux, Claude. Femmes, Graniers & Capitaux. Paris, Francois Maspero, 1975: 7-81), o parentesco aparece como institucionalizador e regularizador da reprodução social, principalmente através da mobilização ordenada dos meios de reprodução humana. Neste sentido, a investigação dos mecanismos de funcionamento dos já mencionados grupos vicinais, onde se dão prioritariamente as trocas matrimoniais e a solidariedade econômica e cerimonial (partilha de alimentos, ajuda nas atividades produtivas e cerimoniais etc), ganha importância para a análise aqui pretendida. No plano econômico estes grupos vicinais almejam a auto-suficiência frente ao restante da aldeia. O valor primordial para a manutenção deste grupo vicinal é o desejo de todo Ticuna de ser independente tanto do branco quanto dos outros a quem não se considera estreitamente ligado.

A organização social dos Ticuna é descrita como composta por grupos de descendência, cujo pertencimento se dá por linha paterna. Esses grupos foram caracterizados por Roberto Cardoso de Oliveira e Curt Nimuendajú como clãs, e podem ser agrupados em metades exogâmicas onde de um lado, temos as nações com pena (arara, mutum, maguari etc.) e, de outro, as nações sem pena (onça, buriti, saúva, etc.) (Oliveira Filho, 1988:88-89). Sua origem é contada no mito Ticuna que descreve a criação do mundo.

Desde o passado mais remoto que se tem notícia, a sociabilidade Ticuna era realizada de modo mais usual dentro de uma microsociedade representada pela maloca de uma nação. Estas eram, segundo Nimuendajú, as habitações tradicionais dos Ticuna. Caracterizavam-se pelas suas grandes dimensões, pelo formato circular, com uma área central retangular, pelo fato de serem encontradas isoladas e por se tratar de moradia de mais de uma família. Segundo João Pacheco, os seringalistas pressionaram a fragmentação das malocas clônicas, no sentido de adequar o tipo de moradia à extração racional da seringa. "Ao longo dos igarapés foram abertas diversas estradas de seringa, que apenas podiam ser trabalhadas com proveito pelos componentes de unidades menores que o antigo clã, por pequenos segmentos desse e até mesmo por famílias nucleares" (Oliveira Filho, 1988:122).

O grupo vicinal, formado e mantido no tempo por uma liderança forte, advinda do carisma pessoal, hereditariedade, obediência a rituais Ticuna e de uma grande parentela, é fundamental na organização sócio-cultural desse povo. O líder vicinal (toeru) tem

como funções a organização do grupo para trabalhos coletivos, como já exposto, o aconselhamento dos chefes de família a ele ligados, além de representar o grupo na comunicação com estranhos e "civilizados". Os limites do poder deste líder são evidentes na sua completa impossibilidade de se intrometer em assuntos privados de qualquer casa de seu grupo que não seja a sua própria. Como afirma Oliveira Filho: "Dentro de sua casa e nas questões relativas aos membros de suas famílias, esse chefe de família tem reconhecida uma enorme autonomia. Por sua condição de parentes diretos, os membros do grupo vicinal podem executar diversas atividades em comum, bem como tentar resolver solidariamente algumas questões surgidas no relacionamento social de seus membros (internamente ou desses com pessoas de fora). Em todos esses contextos o líder do grupo local (toeru) pode intervir - tal como o fazem outros chefes de família (inatii) - no sentido de favorecer a articulação das atividades ou a solução de pendências. O seu sucesso depende primordialmente de suas próprias habilidades (que lhe garantem um alto prestígio) e de sua capacidade de influência e persuasão, características essas partilhadas, no entanto, com outros elementos do grupo vicinal (entre os quais ele tende a destacar-se mais)". (Oliveira Filho, 1988: 207)

De qualquer forma, conhecer estas lideranças, seu papel e sua importância parece ser fundamental para o desenvolvimento futuro de qualquer atividade junto aos Ticuna, na medida em que podem convencer os membros de seus grupos a acompanhá-los, além do possível êxito de seu grupo ter reflexos bastante positivos no engajamento dos demais moradores da aldeia através de um efeito demonstrativo.

por se tratar de uma área de várzea, os informantes disseram não haver cemitérios ali localizados, sendo prática enterrar seus mortos em outras localidades Ticuna próximas, ou no cemitério da cidade de Amaturá.

VI - LEVANTAMENTO FUNDIÁRIO - Alguns problemas ligados à invasão do território Ticuna pelos não-índios foram relatados pelos moradores de Maraitá. Além da atuação de pescadores da cidade de Amaturá, os Ticuna afirmam ter problemas com o único ocupante de parte da ilha em frente à aldeia Maraitá, formada entre o canal do Maraitá e o rio Solimões, a seguir caracterizado. Este afirma ter licença de ocupação do INCRA (não apresentada) para ocupar uma área da ilha, o que faz com seu gado durante os meses de verão, quando os terrenos de várzea são a única opção para alimentar o pequeno rebanho. Este tem coibido a prática de caça na ilha Maraitá, tendo até mesmo ameaçado de morte alguns índios.

Ocupante não-índio da TI Maraitá

| Nome do Ocupante | nome da ocupação | Tempo de Ocupação | Cond. Do ocupante | Área na TI. |
|---------------------|------------------|-------------------|-------------------|-------------|
| José Camões de Leão | Vai Quem Quer | 03 anos | Titular da posse | 40,00 ha |

As pesquisas cartoriais não indicaram a incidência de nenhum registro de terras na área. Registra-se, no entanto, o interesse de se implantar uma estrutura pesqueira para explorar os recursos pesqueiros nos lagos da área.

VII - CONCLUSÃO E DELIMITAÇÃO - A justificativa para a delimitação da TI Maraitá, conforme mapa e memorial descritivo a seguir, está alicerçada no §1º do art. 231 da CF/88. Foi de fundamental importância para esta delimitação: a) ser, comprovadamente uma área habitada histórica e tradicionalmente pelos Ticuna; b) estar ali edificadas duas aldeias do grupo: Maraitá e Palmeira; c) apresentar a condição de manancial pesqueiro estratégico para as duas comunidades e também para a região do entorno, pois sendo a TI Maraitá um sistema aquícola aberto, funciona como uma espécie de lar de reprodução e alimentação de peixes, que depois se distribuem por todos os pesqueiros adjacentes; d) propiciar as condições de reprodução e subsistência física e cultural do grupo; e) dispor de vias de acesso, comunicação e comércio com outros grupos Ticuna e com segmentos locais da sociedade nacional;

A TI Maraitá, com suas duas glebas (Gleba "A" - terra firme - com 51.200 ha e Gleba "B" - Ilha do Pixe - com 2.800 ha), que foi identificada e delimitada em estrito cumprimento da legislação fun-

diária indígena em vigor, e deve ser reconhecida como de posse permanente e tradicional dos Ticuna, conforme o artigo 231 da Constituição Federal. Ao sul, essa terra indígena tem como limite um canal sem nome do rio Solimões que a separa da Gleba B da TI São Francisco do Canimari. Trata-se de um limite bem definido e que permite a comunicação com os Ticuna de São Francisco do Canimari e suas terras sem ter que passar por territórios não-índios; ao leste, a área tem-se como confrontação parte do limite oeste da TI de Betânia, também de ocupação Ticuna, o que permite proteção constante e a relação com os habitantes dessa área sem o contato com não-índios; o Rio Jacurapá, ou Paraná do Jacurapá, configura o limite norte de forma inconfundível. Este rio é uma boa via de fiscalização de grande parte da área; o extremo noroeste do Lago Manacari é o ponto marcante do limite oeste. Este limite representa a principal garantia da preservação desse que é o maior e o mais importante lago da TI Maraitá, fonte principal de continuidade da reprodução dos recursos aquíficos da área e da região.

NORALDINO VIEIRA CRUVINEL

Diretoria de Assuntos Fundiários - DAF/FUNAI

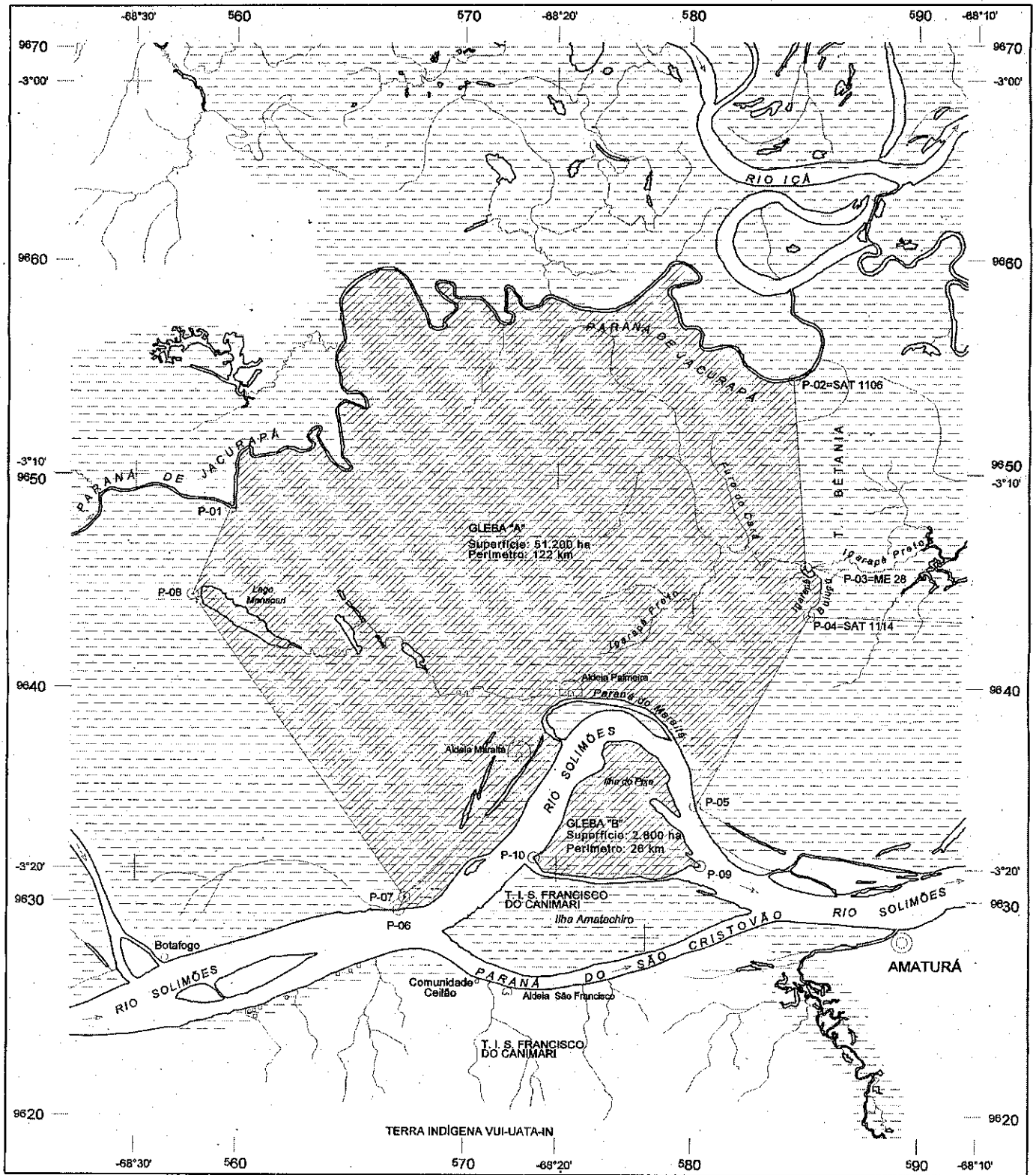
FABIO VAZ RIBEIRO DE ALMEIDA

Universidade do Amazonas

Memorial descritivo - Descrição do Perímetro

GLEBA "A": Superfície: 51.200 ha (aproximadamente); Perímetro: 122 km (aproximadamente). NORTE: partindo do ponto 01 de coordenadas geográficas aproximadas 03°10'51" S e 68°27'44" WGr., localizado na margem direita do Paraná de Jacurapá; segue por este, a jusante, até o ponto 02 = SAT-1106 de coordenadas geográficas 03°07'34,516" S e 68°14'23,912" WGr., localizado na confrontação com a terra indígena Betânia. LESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta, confrontando com a terra indígena Betânia, até o ponto 03 = ME-28 de coordenadas geográficas 03°12'20,632" S e 68°14'05,665" WGr., localizado na margem esquerda do Igarapé Preto, na confluência com o Igarapé Buiuçú ou Arate; daí, segue por este, a montante, confrontando com a terra indígena Betânia, até o ponto 04 = SAT 1114 de coordenadas geográficas 03°13'34,855" S e 68°14'01,001" WGr., localizado em sua cabeceira; daí, segue por uma linha reta até o ponto 05 de coordenadas geográficas aproximadas 03°18'24" S e 68°16'42" WGr., localizado na margem esquerda do Rio Solimões; SUL: do ponto antes descrito, segue pela margem do

Rio Solimões, a montante, até o ponto 06 de coordenadas geográficas aproximadas, 03°21'03" S e 68°23'44" WGr. OESTE: do ponto antes descrito, segue por uma linha reta até o ponto 07 de coordenadas geográficas aproximadas 03°20'44" S e 68°23'36" WGr.; daí, segue por uma linha reta até o ponto 08 de coordenadas geográficas aproximadas 03°13'03" S e 68°28'39" WGr., localizado às margens do Lago Manacari; daí segue uma linha reta até o ponto 01, início desta descrição perimétrica. GLEBA "B": Superfície: 2.800 ha (aproximadamente); Perímetro: 26 km (aproximadamente). A gleba "B" constitui-se na Ilha do Pixe, tendo seu extremo leste no ponto 09 de coordenadas geográficas aproximadas 03°19'55" S e 68°16'35" WGr. e seu extremo oeste no ponto 10 de coordenadas geográficas aproximadas 03°19'43" S e 68°20'32" WGr. Responsável técnico pela identificação dos limites: Zenildo de Souza Castro, Técnico Agri-sensor AER/MAO. (Of. El. nº 147/DAF)



SINAIS CONVENCIONAIS

- TERRA INDÍGENA DELIMITADA
- POSTO INDÍGENA. CAMPO DE POUSO
- ALDEIA INDÍGENA. MALOCA INDÍGENA
- MARCO DE DIVISA. PONTO DE SATÉLITE
- PONTO DIGITALIZADO. DIREÇÃO DE CORRENTE
- PLACA INDICATIVA. CERCA DE ARAME
- RODOVIA DE REVESTIMENTO SÓLIDO
- RODOVIA REVESTIMENTO SOLTO
- RODOVIA TRANSITÁVEL EM TEMPO BOM. CAMINHO
- RIO PERMANENTE. RIO INTERMITENTE
- LAGO OU LAGOA. TERRENO SUJEITO A INUNDAÇÃO
- LIMITE ESTADUAL. LIMITE MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO - FUNAI
 DIRETORIA DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS - DAF

| | | | |
|---|--|---|-----------------------------|
| IDENTIFICAÇÃO: | | PLANTA: | |
| TERRA INDÍGENA MARAITÁ | | DELIMITAÇÃO | |
| MUNICÍPIO: | | SUPERFÍCIE APROXIMADA: | PERÍMETRO APROXIMADO: |
| AMATURÁ | | 54.000 ha | 148 km |
| ESTADO: | AER: | ESCALA: | DATA: |
| AMAZONAS | TABATINGA | 1:250.000 | 25/05/2000 |
| PROCESSO: | | BASE CARTOGRÁFICA: | |
| 2.056/99 | | MIR-110 | |
| RESP. T. C. DEFINIÇÃO LIMITES: | RESP. T. C. IDENTIFICAÇÃO LIMITES: | VISTO CHEFE DO DAF: | PORTARIA N.º: |
| NORALDINO VIEIRA CRUVINEL ANTROPOLOGO - DEID/DAF | ZENILDO DE SOUZA CASTRO T. C. AGRIMENSOR AER / MAO | MAHOEL FRANCISCO COLOMBO ENGENHEIRO AGRIMENSOR CREA N.º 84.889/D-SP | 578/PRES/08 1102/PRES/98 |